

Parque Tecnológico de Piracicaba

PTP faz um ano

Há pedido de R\$ 8 a R\$ 9 milhões para construção de laboratório

O Parque Tecnológico de Piracicaba (PTP) completa neste mês (agosto) um ano de funcionamento. Criado para estimular a pesquisa e a inovação tecnológica na cadeia produtiva de bioenergia e energia renovável, o empreendimento é tido como fundamental para o desenvolvimento econômico não só de Piracicaba, como do estado e do país.

O PTP integra o Sistema Paulista de Parques Tecnológicos, regulamentado pelo Decreto Estadual 50.504, a partir de um trabalho da Prefeitura de Piracicaba em parceria com o governo do Estado. Nasceu para atuar como agente articulador entre centros de pesquisas, universidades e empresas nacionais e globais.

Além das empresas Raízen, Bioagri, Fermentec, Dinamo, Gatec, Quancum, Koppert, Delta CO2, Empral e Benrí, o parque conta também com uma Faculdade de Tecnologia de Piracicaba (Fatec), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e a Fsalqtec, incubadora de tecnologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Há ainda uma série de empreendimentos paralelos, particulares, como condomínios, hotéis e centros de convenções que contribuirão muito para o fortalecimento do centro integrado de pesquisas.

Para o prefeito Gabriel Ferrato, o PTP foi idealizado para ser a linha de frente no desenvolvimento de bioenergias e energias renováveis, alavancando o setor sucroalcooleiro com pesquisas que levassem em consideração a biomassa da cana, onde está o know-how da cidade.



Parque Tecnológico conta com nove empresas e outros empreendimentos

“Nesse sentido a microrregião de Piracicaba se abriria para novas perspectivas no mercado nacional e global, avançando, inclusive para a alcoolquímica, com a diversificação de produtos derivados”.

O desenvolvimento de bioenergias e energias renováveis proporcionado pelo PTP abriria assim novas oportunidades de negócio para a iniciativa privada, com a instalação de outras empresas na cidade e região, gerando emprego e renda. “Por isso o PTP é tido como uma ação estratégica por atrair investimentos de ponta, consequentemente, gerar empregos de qualidade”, disse.

No entanto, Ferrato entende que o governo federal não tem adotado uma política favorável à iniciativa. “A verdade é que o governo do PT trabalha contra o desenvolvimento sustentável do país ao prejudicar a produ-

ção de etanol. O controle do preço da gasolina tem sido um banho de água fria para o setor alcooleiro, que concorre em extrema desvantagem com um produto altamente subsidiado. E não há um olhar adequado para enfrentar esse problema. Isso tem desestimulado os investimentos em energias alternativas”.

Segundo o prefeito, se houvesse sinergia entre o governo federal, estadual e municipal, o setor de energias renováveis já estaria em um patamar bem mais elevado no país. “Mas o governo federal não sabe estabelecer diretrizes, como se o país não soubesse o que pretende ser. Vivemos numa rua sem saída. Mesmo assim, temos insistido nessa mudança de paradigma e estamos buscando novos investimentos para que o parque se consolide e possa funcionar em sua plenitude”.

UM ANO

Flávio Castelar, secretário executivo do Arranjo Produtivo Local do Alcool (Apla), entidade que administra o PTP, disse que o primeiro ano foi intenso e serviu para consolidar o projeto. “É um processo irreversível e estamos com as portas abertas para o futuro”, disse ele.

Até o momento, o PTP conta com nove empresas instaladas e 11 espaços ocupados.

Até o início do ano que vem mais seis empresas já estarão no complexo. “Houve um pequeno atraso no cronograma para a fixação dessas empresas, porque foram necessárias algumas adaptações estruturais que não estavam previstas, mas tudo correu dentro do esperado. Nosso plano era concluir 50% do parque nesse primeiro ano. Chegamos bem perto disso, com 45%”, detalhou Castelar.

Segundo o secretário executivo, o primeiro módulo do Centro Comercial já está em sua fase de fundação. E está em andamento também um pedido de recursos à agência brasileira de inovação Finep, ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, para construção de um laboratório de pesquisa coletivo, que deve custar de R\$ 8 a R\$ 9 milhões.

“O Finep abriu edital para os parques tecnológicos construir laboratórios de pesquisa, com valores que variam de R\$ 6 milhões e R\$ 14 milhões, não reembolsáveis”, explicou. “E vamos disputar esse recurso com outros parques, que também têm os seus projetos. A entrega do projeto à agência está prevista para até o final deste mês, com aprovação prevista até o final deste ano”, concluiu Castelar.